

DODSWORTH, HENRIQUE

*dep. fed. DF 1924-1930; const. 1934; dep. fed. DF 1935-1937; interv. DF 1937; pref. DF 1937-1945; emb. Bras. Portugal 1946.

Henrique de Toledo Dodsworth Filho nasceu em 17 de setembro de 1895 no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, filho de Henrique de Toledo Dodsworth e de Maria Luísa Franco Dodsworth. Era neto dos barões de Javari e Pedro Afonso e bisneto de um marinheiro inglês que, evadido de seu navio, casara-se com rica fazendeira no Brasil.

Depois de fazer parte dos estudos primários na França e completar o secundário no Colégio Alfredo Gomes, matriculou-se simultaneamente em dois cursos universitários no Rio de Janeiro, diplomando-se em direito em 1915 e em medicina no ano seguinte. Entre 1917 e 1921, exerceu o cargo de inspetor de ensino secundário, organizando comissões de fiscalização no Distrito Federal e em diversos estados, especialmente São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse período foi também nomeado professor de física do Colégio Pedro II e oficial de gabinete do prefeito Paulo de Frontin, seu tio, que administrou o Distrito Federal em 1919.

Em 1921 foi designado para estudar a situação do ensino secundário na Europa. Depois de seu retorno, tornou-se professor do Liceu de Artes e Ofícios e da Faculdade de Ciências Médicas do Rio de Janeiro (conhecida como Faculdade Hahnemanniana), além de catedrático do Colégio Pedro II. Eleito deputado federal em junho de 1924 e reeleito em 1927 e 1930, permaneceu na Câmara até a Revolução de 1930. Dois anos depois, apoiou a Revolução Constitucionalista deflagrada em São Paulo, que foi derrotada depois de quase três meses de luta militar. Mesmo assim, ainda em 1932 foi promovido a diretor do Externato Pedro II. Exerceu o cargo até o ano seguinte, quando, na legenda do Partido Economista do Distrito Federal, foi o candidato carioca mais votado para a Assembleia Nacional Constituinte que se reuniu a partir de novembro de 1933 para elaborar uma nova Carta Constitucional e eleger o presidente da República.

Na primeira sessão preparatória da Constituinte, discursou criticando o regimento interno da Assembleia decretado pelo governo provisório, e sugerindo que uma comissão de cinco deputados elaborasse um novo regimento sem a interferência do Executivo. Embora a proposta não tenha sido aprovada, a discussão sobre a reforma do regimento interno

prosseguiu em torno da chamada indicação (ou emenda) Medeiros Neto, formulada pelo líder da maioria Antônio Garcia de Medeiros Neto, que propunha a inversão da ordem dos trabalhos a fim de que se elegeisse o presidente da República antes da aprovação definitiva da nova Constituição.

A emenda Medeiros Neto encontrou forte oposição entre os constituintes — inclusive por parte de Henrique Dodsworth — e somente em fevereiro de 1934 se chegou a uma solução conciliatória, expressa na fórmula Simões Lopes (apresentada por Augusto Simões Lopes) e aprovada por 131 votos a 59. Através da suspensão do primeiro debate do texto constitucional em plenário, essa fórmula permitiria realizar a eleição presidencial no prazo de um mês sem que houvesse inversão dos trabalhos, prevendo — caso os prazos não fossem cumpridos — a promulgação de uma constituição provisória votada em bloco e sujeita a emendas em segunda discussão, depois de efetivada a eleição presidencial. Apesar de aprovada, a fórmula Simões Lopes foi inviabilizada pelos fatos, devido ao grande atraso na votação do texto constitucional, submetido a mais de mil emendas. Nesse contexto, o governo propôs a prorrogação dos mandatos dos deputados e a transformação da Constituinte em Câmara ordinária depois de completados seus trabalhos originais. Segundo pesquisa promovida por um jornal da época, Henrique Dodsworth estava entre os 20 deputados contrários a essas medidas em qualquer hipótese. A Constituição entrou em votação final nos primeiros dias de junho, foi promulgada em 16 de julho, e no dia seguinte Getúlio Vargas, chefe do governo provisório desde 1930, foi eleito presidente da República. Ao mesmo tempo, decidiu-se prorrogar o funcionamento da Assembleia até a instalação do Congresso que seria eleito ainda em 1934, em data a ser fixada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Em outubro de 1934, Henrique Dodsworth foi eleito deputado federal, passando a exercer o novo mandato a partir de maio de 1935. Nesse ano, foi um dos cinco parlamentares designados pelo presidente da Câmara para compor, junto com igual número de representantes do Poder Executivo escolhidos pelo presidente da República, a Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira. Presidida pelo ministro da Fazenda, a comissão deveria apresentar ao Poder Legislativo um projeto de reorganização da economia nacional e de recuperação financeira, incluindo aspectos como a revisão do sistema tributário e da escala de vencimentos do funcionalismo civil e militar, além de outras sugestões para a

redução das despesas públicas. Nesse trabalho, Henrique Dodsworth integrou, junto com o diplomata Maurício Nabuco e o major Jaime Raulino de Faria, a chamada Subcomissão Nabuco, encarregada de estudar o reajustamento dos quadros do serviço público civil.

O relatório produzido por esse grupo depois de três meses de atividade foi recusado em setembro de 1935 pelo plenário da Comissão Mista, que formou outra subcomissão com a finalidade de reduzir os encargos orçamentários previstos pelo projeto apresentado. O resultado do trabalho foi um novo relatório, apresentado em dezembro e encaminhado junto com o anterior ao presidente da República, que formou oficiosamente a chamada Comissão de Reajustamento, incumbida de dar parecer sobre ambos. A solução apresentada por essa instância baseou-se na orientação geral do projeto da Subcomissão Nabuco, dotando-o de maior aplicabilidade prática, o que resultou na Lei do Reajustamento, promulgada em 1936 e, depois de vetada parcialmente por Vargas, vigente até 1960.

Ainda nessa legislatura, Henrique Dodsworth apresentou projetos que resultaram na Lei de Férias e na reorganização administrativa e científica do Instituto Osvaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Em julho de 1937, deixou a Câmara para ocupar a interventoria do Distrito Federal, substituindo o cônego Olímpio de Melo, demissionário. Sua nomeação, apoiada por setores do Partido Autonomista, estava relacionada com a questão da sucessão presidencial e visava a conseguir a união das forças políticas do Distrito Federal que apoiavam a candidatura de José Américo de Almeida, patrocinada oficiosamente pelo governo.

Em 10 de novembro de 1937, um golpe de Estado liderado pelo próprio presidente Vargas implantou o Estado Novo, suspendendo as eleições e o funcionamento do Legislativo. Henrique Dodsworth tornou-se então prefeito da capital, cargo que ocupou durante toda a vigência do regime, realizando uma administração que durou oito anos e quatro meses. Uma de suas primeiras medidas foi a reorganização da Prefeitura do Distrito Federal. Aperfeiçoou o sistema de arrecadação de impostos, o que permitiu a aplicação de um vasto plano de obras públicas que transformou a paisagem da cidade.

Tendo o engenheiro Edson Passos como secretário-geral de Viação e Obras, e reativando a Comissão do Plano da Cidade, extinta pelo ex-interventor e prefeito Pedro Ernesto Batista (1931-1936), a administração de Dodsworth retomou e adaptou às novas condições da cidade os planos que o urbanista francês Alfred Agache havia produzido em 1927,

contratado pelo então prefeito Antônio Prado Júnior. Com base nesses planos, a prefeitura, entre outras obras, terminou o desmonte do morro do Castelo, paralisado havia alguns anos, urbanizou a esplanada do Castelo e abriu a avenida Presidente Vargas, com mais de quatro quilômetros de extensão. Foram ainda pavimentadas e alargadas inúmeras vias e abertas outras, como as avenidas Brasil e Tijuca (atual Edson Passos). Além disso, sua administração estendeu novas linhas de bonde e construiu a nova estação terminal do largo da Carioca, conhecida como Tabuleiro da Baiana; construiu a primeira passagem subterrânea para pedestres no Rio; remodelou, sob a orientação de Raimundo Castro Maia, a floresta da Tijuca; duplicou o túnel do Leme, atual túnel Novo; liberou o acesso à Praia Vermelha, antiga área militar; abriu o corte do Cantagalo, ligando Copacabana à lagoa Rodrigo de Freitas; construiu o Jardim de Alá e o Jardim Zoológico Municipal; urbanizou várias áreas do centro da cidade, como o Passeio Público; comprou a particulares a área do Parque da Cidade, na Gávea, e a ilha de Brocoió; iniciou a construção do estádio do Maracanã e da estrada Grajaú-Jacarepaguá.

Henrique Dodsworth criou também o Banco da Prefeitura do Distrito Federal (que deu origem ao Banco do Estado do Rio de Janeiro) e a Secretaria de Administração; inaugurou 18 estabelecimentos escolares e a Universidade do Distrito Federal; construiu o grande armazém de gêneros alimentícios na avenida Rodrigues Alves; projetou o túnel do Pasmado; restaurou a estrada do Alto do Corcovado, e inaugurou o primeiro trecho eletrificado da Estrada de Ferro Central do Brasil para os subúrbios cariocas. Na área da saúde, sua administração criou o Banco de Sangue, o Laboratório de Produtos Terapêuticos e o Instituto de Cardiologia, e construiu o Hospital Rocha Faria, além de participar das obras do Serviço de Saneamento da Baixada Fluminense. Também nesse período foi instituída a segunda Lei Orgânica do Distrito Federal.

Depois que o Ato Adicional nº 9, de fevereiro de 1945, liberou a reorganização dos partidos políticos, Henrique Dodsworth filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), organizado nos meses seguintes, tornando-se presidente do diretório regional e membro do diretório nacional dessa agremiação. Nessa condição, presidiu a convenção do PSD realizada em 30 de junho no Distrito Federal, quando foi reafirmado o apoio do partido à candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República.

Em outubro de 1945, em meio a um grande enfraquecimento do regime, Getúlio Vargas

resolveu nomear João Alberto Lins de Barros, chefe de polícia do Distrito Federal, para a prefeitura, substituindo-o por Benjamim Vargas, seu irmão mais moço, e enviar Henrique Dodsworth para Portugal como embaixador. Ao tomar conhecimento da iminente nomeação de Benjamim, no dia 29 de outubro o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, redigiu uma carta de renúncia e uma proclamação dirigida ao Exército e ao povo brasileiro, mobilizando ainda os comandantes das regiões militares e estabelecendo contato com as autoridades da Marinha e da Aeronáutica. Esse foi o estopim para que a conspiração em curso contra Getúlio Vargas fosse deflagrada, derrubando nesse mesmo dia o regime instalado em 1937.

Com o fim do Estado Novo, Henrique Dodsworth deixou de fato a prefeitura do Distrito Federal, e em abril de 1946, já no governo do general Eurico Dutra, foi embaixador em Portugal, onde permaneceu até outubro. Entre 1947 e 1956, foi membro da diretoria do conselho superior das Caixas Econômicas Federais, exercendo a presidência desse órgão no biênio 1950-1951. Diretor-presidente do Banco da Prefeitura do Distrito Federal de 1951 a 1953, no ano seguinte tornou-se presidente da Caixa Econômica do Rio de Janeiro, onde se manteve até 1956. De 1957 a 1958 foi diretor do órgão. Foi ainda conselheiro do Conselho Federal de Educação entre 1964 e 1968, além de membro da Ordem dos Advogados do Brasil, do Instituto dos Advogados, da Academia de Ciências do Rio de Janeiro e da Academia Nacional de Medicina.

Recolhido à vida privada nos últimos anos de vida, faleceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1975.

Foi casado com Jacira Bastos Dodsworth.

Publicou as seguintes obras: *Leis de férias* (projeto apresentado ao Parlamento do Brasil), *Aspectos do ensino secundário*, *Cem anos de ensino secundário*, *Discursos*, *Previdência social e caixas econômicas*, *Traços acadêmicos*, *Aspectos de radioatividade*, *Empréstimos aos municípios*, *Caxias e Rio Branco*.

Robert Pechman

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.;

D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; *Quem é quem no Brasil*; RIBEIRO FILHO, J. *Dic.*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; WAHRLICH, B. *Classificação*.